



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE MATERIAL - DMAT/COAD/DLOG/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3703435/2017-DMAT/COAD/DLOG/PF

Processo nº 08200.003797/2016-28

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na distribuição diária e semanal de jornais e revistas impressas, por meio de Pregão Eletrônico do tipo menor preço global maior desconto, conforme quantidades e especificações neste instrumento.

Grupo	Item	Periódico	Quantidade Anual	Valor unitário (bruto)	Desconto mínimo	Valor total Máximo Admitido
01	01	O Globo	2610	R\$ 5,00	30,30 %	R\$ 9.095,85
	02	Folha de São Paulo	2610	R\$ 4,50	30,30 %	R\$ 8.186,27
	03	Estado de São Paulo	2610	R\$ 4,50	30,30 %	R\$ 8.186,27
	04	Correio Braziliense	2610	R\$ 2,50	30,30 %	R\$ 4.547,93
	05	Valor Econômico	2520	R\$ 5,00	30,30 %	R\$ 8.782,20
	06	Isto é	510	R\$ 15,00	30,30 %	R\$ 5.332,05
	07	Época	520	R\$ 15,00	30,30 %	R\$ 5.436,60
	08	Veja	520	R\$ 15,00	30,30 %	R\$ 5.436,60
	09	Carta Capital	510	R\$ 14,90	30,30 %	R\$ 5.296,51
TOTAL DO GRUPO 01						R\$ 60.300,28

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os periódicos serão utilizados com a finalidade de acompanhamento pela Divisão de Comunicação Social, a Secretaria Executiva e de todas as Diretorias da Polícia Federal do edifício Sede em Brasília/DF as notícias publicadas nos principais veículos impressos do país.

2.2. Ressaltar que é de suma importância que os servidores dos setores citados sejam informados sobre o que a mídia impressa divulga diariamente, visando esclarecimentos ou resposta ao público.

2.3. O Objetivo a ser alcançado por meio da contratação é subsidiar as tomadas de decisões estratégicas e difusão de informações de utilidade pública.

2.4. Os benefícios direto e indiretos que resultarão da contratação incidirão do acesso a vários e diversificados meios de comunicação, com diferentes pontos de vista, enfoque políticos, linhas editoriais, com abrangência regional e nacional permitindo uma análise mais clara e objetiva do contexto atual e auxiliando nos processos de tomada de decisão e de gestão estratégica da Divisão de Comunicação Social.

2.5. A contratação pretendida está em consonância com o planejamento estratégico do DPF pois possibilitará ao órgão conhecer as informações que vêm sendo publicadas a seu respeito e, assim, aperfeiçoar a comunicação com públicos externos.

2.6. A contratação dos jornais e revistas visa disponibilizar as informações dos principais acontecimentos do mundo às autoridades da Instituição.

2.7. As atividades desenvolvidas pela Polícia Federal diariamente repercutem nos veículos de comunicação. O acompanhamento permanente sobre as notícias a respeito do órgão, bem como sobre assuntos relacionados à segurança pública de modo geral, é ferramenta imprescindível para posicionamento da instituição junto à sociedade, preservando a imagem e os interesses da mesma. Embora esta função seja primordialmente da DCS/GAB/DPF de forma executiva, qualquer tomada de decisão ocorre a partir do porta voz oficial da PF na figura do Diretor Geral e seus assessores diretos conforme a temática, que são justamente os demais Diretores, o que, por si só, justifica o acesso aos meios de comunicação em geral.

2.8. Destaca-se que o serviço expõe os bastidores das três esferas do Poder e a cobertura dos principais acontecimentos do dia, de maneira clara, organizada visando fornecer aos usuários acesso às informações que podem subsidiar a tomada de decisões.

2.9. A necessidade de contratação do serviço se expõe na medida em que se verifica a sua imprescindibilidade para o municiamento dos gestores dos mais altos níveis hierárquicos da contratante com informações relacionadas ao contexto político, com vistas a possibilitar maior agilidade na tomada de decisões.

2.10. A contratação, por menor valor global, do fornecimento de jornais e revistas impressas visa a gestão única e eficiente do futuro contrato, com a centralização das demandas e futuras necessidades por soluções de problemas em um único contrato. Ademais, o modelo de contratação pretendida permitirá à Administração Pública a economia de recursos humanos, matérias e de custos variáveis que seriam despendidos, caso fossem necessários para atender a demanda do DPF.

2.11. Assim, os jornais que serão entregues de segunda a sexta correspondem ao quantitativo anual de 2610 pois são dez exemplares de cada; o jornal Valor Econômico são dez exemplares para o quantitativo correspondente aos dias úteis e as demais revistas perfazem 10 exemplares de cada (revista Época e Veja para 52 finais de semana e as demais para 51).

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O Serviço é de natureza comum, ou seja, os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. O Serviço de distribuição diária e semanal de jornais e revistas impressas, não é de natureza continuada.

4.1.2. A Divisão de Comunicação Social do Edifício Sede situa-se no SAS Quadra 06, lote 09/10 2º Andar e o horário de funcionamento é das 08:30 às 12:00 e 14:00 às 17:30.

4.1.3. A distribuição dos exemplares visa atender a demanda das seguintes diretorias: (GAB/DG, DIREX, DICOR, COGER, DIP, DITEC, DGP, DLOG) cada uma com um exemplar de cada periódico e a Comunicação Social com dois exemplares de cada periódico. A demanda total é de dez exemplares de cada periódico.

4.2. Os periódicos fornecidos serão:

4.2.1. Jornal: Publicação diária com notícias sobre o cenário político nacional e internacional, informações sobre economia, agricultura, segurança pública, saúde e todos os ramos possíveis de conhecimento, entrevistas, comentários, gazetas, periódicos, dentre outros.

4.2.2. Revistas: publicação periódica, destinada ao grande público ou a um público específico, que reúne, em geral, matérias jornalísticas, esportivas, econômicas, informações culturais, dentre outras.

4.2.3. A Contratada, após a assinatura do contrato, deverá iniciar o fornecimento do objeto, em até dez dias úteis a contar da data de recebimento da nota de empenho enviada pela administração.

4.2.4. A data de entrega de todos os jornais deverá ser a mesma da data de publicação disposta na capa dos mesmos. No caso das revistas, a data de entrega deve ser anterior à data impressa na capa.

4.2.5. Um exemplar de cada um dos jornais diários, deverão ser entregues de segunda a sexta feira até às 09 horas, na Portaria do Edifício Sede da Polícia Federal.

4.2.6. Um exemplar de cada uma das revistas semanais deverá ser entregue na Divisão de Comunicação Social que serão distribuídos para as Diretorias do Edifício sede da Polícia Federal.

4.3. O Serviço objeto deste Termo de Referência compreende o fornecimento e a entrega dos jornais e revistas conforme tabelas a seguir:

Item	Periódico	Quantidade Anual	Periodicidade
01	O Globo	2610	Diária
02	Folha de São Paulo	2610	Diária
03	Estado de São Paulo	2610	Diária
04	Correio Braziliense	2610	Diária
05	Valor Econômico	2520	Dias úteis
06	Isto é	510	Semanal
07	Epoca	520	Semanal
08	Veja	520	Semanal
09	Carta Capital	510	Semanal

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.1.1. Os periódicos, as quantidades a frequência de entrega deverão obedecer às especificações constantes no quadro do subitem 1.1;

5.1.2. Todas as informações necessárias à análise da proposta deverão aparecer de forma clara e objetiva: Validade da proposta, assinatura do representante e dados pessoais, nome da empresa e CNPJ, regime tributário, valor total da proposta (inclusive por extenso) e etc.

5.1.3. Nas propostas deverão constar os preços unitários e totais assim como estar inclusos todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como impostos, taxas e fretes.

5.1.4. O Critério de julgamento do Pregão para o grupo 01 será o de menor preço global, representado pelo maior desconto sobre o preço de capa dos periódicos.

6. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

6.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.1.1. Disponibilizar funcionário para entregar os jornais e revistas nos locais e prazos constantes neste Termo de Referência.

6.1.2. Disponibilizar telefone e/ou e-mail para contato para eventuais dúvidas ou solicitações durante a execução contratual.

7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

7.1. A execução dos serviços será iniciada em até dez dias do recebimento da nota de empenho:

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de quinze dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de trinta dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.4.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 9.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 9.9. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.17.

10. DA VIGÊNCIA

- 10.1. O Contrato deverá ter vigência de 12 (doze) meses, entrando em vigor a partir da data de sua assinatura

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. A execução do presente objeto correrá em conformidade com o Orçamento Geral da União e será custeado através de recursos das seguintes Dotações Orçamentárias: nº 998, de 18/03/2016 - Coordenação de Administração –Policia Federal UG: 200.334; Gestão:00001; Programa de Trabalho: 06.122.2112.2000.0001; Plano Interno: 702-16; Natureza da Despesa: 3390.39.
- 11.2. Serão Emitidas Notas de empenho estimativas à conta das Dotações Orçamentárias acima especificadas.
- 11.3. Em cumprimento ao disposto no art. 16 da LC nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, esclarecimentos que a despesa relativa ao objeto em questão tem adequação orçamentária e financeira, de acordo com a Lei Orçamentária Anual, e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente do Fornecedor, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação.
- 12.2. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Setor Competente, acompanhada do relatório do fornecimento, através de Ordem Bancária, em qualquer instituição indicada pela **CONTRATADA**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos periódicos, incidindo o percentual de desconto sobre o preço de capa dos jornais e revistas.
- 12.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n.º 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

12.4.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o serviço tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

12.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

12.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a **CONTRATADA**:

12.6.1. Não produziu os resultados acordados;

12.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

12.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.8. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = <u>(6/100)</u> 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.10. Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuado

12.11.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

15.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.11.

16. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. cometer fraude fiscal;

16.1.6. não mantiver a proposta.

16.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2. Multa moratória de 0,1% (Hum décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

16.2.2.1. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, ainda que seja para reforço, aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

16.2.2.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.2.3. Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

16.4. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.6. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília-DF, 21 de agosto de 2017.

HUGO DE OLIVEIRA ARRUDA

Agente Administrativo

Matrícula 12.589

De acordo com o presente Termo de Referência.

Em ____/____/____

Vinícius de Araújo Melo

Agente de Polícia Federal

Chefe do DMAT/COAD/DLOG/DPF

Aprovo o presente Termo de Referência nos termos do Art. 9º do Decreto Nº 5.450/05

Em / / .

Roberval Ré Vicalvi

Delegado de Polícia Federal

Diretor de Administração e Logística

ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANILHA DE VALORES MÁXIMOS

Grupo	Item	Periódico	Quantidade Anual	Valor unitário (bruto)	Desconto mínimo	Valor total Máximo Admitido
01	01	O Globo	2610	R\$ 5,00	30,30 %	R\$ 9.095,85
	02	Folha de São Paulo	2610	R\$ 4,50	30,30 %	R\$ 8.186,27
	03	Estado de São Paulo	2610	R\$ 4,50	30,30 %	R\$ 8.186,27
	04	Correio Braziliense	2610	R\$ 2,50	30,30 %	R\$ 4.547,93
	05	Valor Econômico	2520	R\$ 5,00	30,30 %	R\$ 8.782,20
	06	Isto é	510	R\$ 15,00	30,30 %	R\$ 5.332,05
	07	Época	520	R\$ 15,00	30,30 %	R\$ 5.436,60
	08	Veja	520	R\$ 15,00	30,30 %	R\$ 5.436,60
	09	Carta Capital	510	R\$ 14,90	30,30 %	R\$ 5.296,51
TOTAL DO GRUPO 01						R\$ 60.300,28

Obs: Não será admitida proposta cujo valor total do grupo assim como os valores de cada item individualizado for superior ao constante neste quadro.

ANEXO B DO TERMO DE REFERÊNCIA - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Cumprimento de obrigações contratuais

Item	Descrição
Finalidade	Distribuição de jornais e revistas no edifício Sededa Polícia Federal em Brasília DF.
Meta a cumprir	Obrigações contratuais cumpridas.
Instrumento de medição	Avaliação direta do Fiscal por meio de notificação escrita.
Forma de acompanhamento	Vistoria nos postos de serviços.
Periodicidade	Diária.
Mecanismo de Cálculo	Soma dos percentuais relativos aos graus das penalidades notificadas (Tabela 1).
Início da Vigência	Data da assinatura do Contrato.
Sanções	a. Multa conforme a soma dos percentuais relativos aos graus das penalidades notificadas no mesmo mês, até o limite de 20%. b. A reincidência de multa no percentual de 20% do valor da fatura mensal na mesma vigência do Contrato implicará sua rescisão, sem prejuízo de outras multas previstas no edital, no Contrato e na Legislação.
Observações	Na notificação deverá constar o nº do item do indicador de avaliação infringido (Tabela 02) e a assinatura do Preposto da empresa.

Tabela 01

GRAU	PENALIDADE – DESCONTO SOBRE A FATURA MENSAL
01	0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
02	0,4% por dia sobre o valor mensal do contrato
03	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato
04	1,6% por dia sobre o valor mensal do contrato
05	3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
06	4,0% por dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 02

ITEM	DESCRIÇÃO DO INDICADOR DE AVALIAÇÃO	GRAU
01	Deixar de entregar/repôr os materiais necessários à execução dos serviços, por dia;	06
02	Utilizar material que não atenda à execução dos serviços;	06
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia;	06
04	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
05	Não entregar os jornais e revistas nos prazos estipulados;	02

06	Entregar periódicos com graves defeitos	02
07	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
08	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, na distribuição dos periódicos, por dia;	01
09	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência;	02
10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos, não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	02



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE OLIVEIRA ARRUDA, Agente Administrativo**, em 21/08/2017, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS ARAUJO DE MELO, Chefe de Divisão**, em 21/08/2017, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERVAL RE VICALVI, Ordenador de Despesa**, em 25/08/2017, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 1234842



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3703435** e o código CRC **69689523**.